A PESCA ESPORTIVA SOB O OLHAR DOS ATORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA)

Flávia Domitila de Lima Souza[1]
Marllen Karine da Silva Palheta[2]
Voyner Ravena Cañete[3]

Resumo: Pensar a pesca esportiva apenas como uma prática de lazer e turismo, sem levar em consideração a forma como esta vem se desenvolvendo em diferentes regiões do Brasil, é desconsiderar os prejuízos socioambientais que ela pode e tem ocasionado. Em São Caetano de Odivelas, município da microrregião Salgado Paraense, implicações de caráter socioambiental, desordem e insatisfação, especialmente por parte dos pescadores artesanais, marcam o cotidiano local e fazem da pesca esportiva um fator de perturbação na região. Compreender e descrever esse cenário complexo que envolve diferentes atores locais demandou uma pesquisa de abordagem qualiquantitativa, a qual se amparou em entrevistas semiestruturadas e entrevistas abertas, além de levantamento bibliográfico. Os problemas socioambientais identificados afetam diretamente os pescadores artesanais. Dentre eles, a exploração desordenada do recurso e a destruição dos meios de trabalho dos pescadores locais estiveram entre os

[1] Graduanda do curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal do Pará - UFPA.E-mail: flavia_domitila@hotmail.com

[2] Possui graduação em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2010) e mestrado em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará (2013). Atualmente é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia, na área de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.E-mail: marllenkarine@gmail.com

[3] Antropóloga, professora adjunto II da Universidade Federal do Pará - UFPA/ Brasil, vinculada ao Instituto de Ciências Biológicas e atuando nos Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Possui Bacharelado em História (1991), mestrado em Antropologia (2000) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2005) pela Universidade Federal do Pará.E-mail: ravenacanete@gmail.com

mais citados. Como consequência desse cenário, emerge em São Caetano de Odivelas uma relação de conflito entre pescadores artesanais e esportivos.

Palavras-chave: Pesca esportiva, implicações socioambientais, pescadores artesanais, São Caetano de Odivelas.

Abstract: To think of sport fishing only as a practice of leisure and tourism, without taking into consideration the way it has been developing in different regions of Brazil, is to disregard the socio-environmental damages that it can and has caused. In São Caetano de Odivelas, a municipality in the Atlantic coast of the state of Pará, socio-environmental implications, disorder and dissatisfaction, especially by artisanal fishermen, mark the local daily life and make sport fishing an impact factor in the region. Understand and describe this complex scenario that involves different local actors demanded a qualitative and quantitative research approach, which relied on semi-structured interviews and open interviews, as well as a bibliographic survey. The identified social problems directly affect the artisanal fishermen. Among them, disordered exploration of resources and the destruction of the means of work of the local fishermen were between the most cited. As a consequence of this scenario rises in São Caetano de Odivelas a conflicting relationship between artisanal and sports fishermen.

Keywords: Sport fishing, socioenvironmental implications, artisanal fishermen, São Caetano de Odivelas.

Introdução

A região amazônica possui destaque na atividade pesqueira em virtude do seu potencial pesqueiro. A pesca, desse modo, é considerada uma prática de grande importância para a região, por ser uma atividade que fornece a principal fonte animal na dieta das populações tradicionais locais e por estar atrelada a hábitos culturais e à história local (BARTHEM, 1992). De acordo com Barthem et al. (1997), a pesca na região amazônica é dividida em cinco categorias, sendo elas: pesca de subsistência, comercial, industrial, ornamental e esportiva. Este trabalho trata a respeito da

pesca esportiva em São Caetano de Odivelas, município localizado na microrregião do Salgado Paraense[4], onde se mostra forte essa modalidade de pesca.

A pesca esportiva é caracterizada, segundo a legislação[5] do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como uma modalidade de pesca amadora[6], ou seja, sem finalidade comercial, praticada por lazer, turismo e desporto, em que é obrigatória a prática do pesque e solte (BRASIL, 2009). Conforme Brasil (2010a) e Teramoto (2014), essa atividade está intimamente ligada ao setor econômico que mais cresce no mundo, o turismo. Desse modo, quando associada à atividade turística, a pesca esportiva compõe um segmento de mercado denominado Turismo de Pesca, o qual, segundo o Ministério do Turismo (MTUR), "compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora" (BRASIL, 2008, p.16).

O Turismo de Pesca tem se apresentado como um dos segmentos com maior crescimento no mundo (BRASIL, 2008; 2010b) e está fundamentado nos fluxos turísticos motivados em razão da presença de espécies singulares de peixes e no usufruto sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2008). Sendo uma das atividades turísticas mais praticadas no Brasil, leva um grande número de pessoas dos grandes centros urbanos a se deslocarem durante os finais de semana ou feriados prolongados para o litoral e para o interior do País (DIAS, 2003). De acordo com o Ministério do Turismo (MTUR), a relação entre a pesca praticada por lazer e o segmento turístico

[4] O Estado do Pará, uma das unidades federativas do País, apresenta, conforme a sua divisão territorial, 6 mesorregiões e 22 microrregiões (IBGE, 2017). Essa divisão territorial foi estabelecida conforme a divisão político-administrativa territorial do estado. A microrregião do Salgado pertence à mesorregião nordeste paraense e compreende os municípios de Vigia, Salinópolis, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas, São Caetano de Odivelas, Colares, Terra Alta, Magalhães Barata e São João da Ponta (BRASIL, 2017). De acordo com Santos e Lisboa (2008), essa microrregião integra a zona costeira do estado e abrange uma área de 5.812,70 km^2, caracterizada em toda sua extensão por águas salobras, que se estende da Baía do Marajó até a foz do Rio Gurupi (CARDOSO, 2000 apud BORDALO e ABREU, 2010).

[5] Portaria nº 4, de 19 de março de 2009, referente às normas para o exercício da pesca amadora em território nacional.

[6] Ainda que ambas as práticas apresentem o mesmo caráter de diversão, enquanto para a pesca amadora existe um limite quantitativo de captura do pescado, na pesca esportiva os seus adeptos são obrigados por lei a devolver à água os peixes capturados (BRASIL, 2009).

se tornou evidente, no Brasil, somente em 1998 com a criação e incentivo do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA) (BRASIL, 2008), criado com o propósito de transformar essa modalidade de pesca em um vetor de desenvolvimento econômico, social e de conservação ambiental do País (BRASIL, 2010b).

No Brasil, a pesca praticada por lazer é favorecida em decorrência da diversidade de ecossistemas, especialmente os peixes, acompanhados das belezas naturais existentes (LOPES, 2009). Assim, de acordo com o antigo Ministério da Pesca e Aquicultura[7], quase todas as regiões do país possuem características propícias para o desenvolvimento dessa modalidade de pesca, como a Amazônia, o Pantanal e também as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do País, com seus rios, represas, baías, açudes e estuários (BRASIL, 2010a). Porém, de acordo com Souza e Cañete (2015), a pesca esportiva ganha destaque quando se trata da região amazônica, em virtude da presença de rios, lagos, igarapés, igapós e do ciclo das águas, os quais formam sazonalidades específicas para a captura de diferentes espécies de peixes.

Tal favorecimento hidrobiológico tem permitido o desenvolvimento da pesca esportiva em diferentes estados da região, inclusive no Pará (LOPES, 2009). Inserido na região amazônica, o Estado do Pará tem atraído cada vez mais os aficionados por essa prática (PARÁ, 2016a). Além dos mais expressivos afluentes do Rio Amazonas, como o Tapajós, o Trombetas, o Xingu e o Araguaia Tocantins, o estado dispõe de um litoral diversificado, somando-se a isso os estuários da microrregião do Salgado. Assim, a pesca esportiva assume destaque na região, tendo em vista o seu grande potencial pesqueiro, favorecido por sua extensa malha hídrica, acompanhada da diversidade de espécies de peixes nativos (FRÉDOU et al., 2008).

No Pará essa prática tem se evidenciado nos municípios de Salinópolis, São Caetano de Odivelas, Altamira, Oriximiná, Jacundá, Tucuruí, Marabá, Piçarra, Itaituba e Jacareacanga (FRÉDOU, 2008). Segundo Frédou et al. (2008), a pesca esportiva no estado é caracterizada basicamente por uma demanda de pescadores esportivos residentes do próprio estado, atraídos, em grande parte, pela busca do tucunaré (*Cichla* spp.), espécie bastante procurada pelos praticantes dessa modalidade, tendo em vista a aventura

[7] Extinto no ano de 2015 e incorporado ao Ministério da Agricultura (SANTANA, 2015).

provocada por sua característica agressiva (SOUZA e CAÑETE, 2015). Conforme o autor, com exceção de Salinópolis e São Caetano de Odivelas, mais de 50% dos pescadores que frequentam os destinos de pesca citados acima buscam por essa espécie, enquanto na microrregião do Salgado Paraense a preferência dos pescadores esportivos é a pescada-amarela.

Tendo em vista a área foco de estudo deste trabalho, destaca-se nesse cenário da pesca esportiva São Caetano de Odivelas, município considerado um dos maiores polos pesqueiros da microrregião do Salgado (DIÁRIO ONLINE, 2011; PARÁ, 2012). Conforme Santos (2016), São Caetano de Odivelas compreende um município litorâneo, de base econômica predominantemente pesqueira, favorecida pela localização privilegiada do município no estuário amazônico. Situado na mesorregião nordeste do Pará, ele limita-se geograficamente com o Oceano Atlântico e com os municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá e Vigia de Nazaré, distanciando-se acerca de 104 km, pela rodovia, da capital do estado (PARÁ, 2012).

São Caetano de Odivelas é banhado pelo Rio Mojuim[8], considerado o mais importante, pois forma toda a bacia hidrográfica da região, e pelos demais rios: Maruim Panema, Mocajuba e Barreta (PARÁ, 2012; SANTOS, 2016). A área hídrica caracterizada pela exuberante vegetação de mangue na área marginal dos rios torna São Caetano de Odivelas um berçário para várias espécies de peixes (FRÉDOU et al., 2008). Em virtude dessa favorecida situação geográfica da região, as principais atividades econômicas da população do município – a pesca e coleta de mariscos – estão relacionadas com as águas, ocorrendo o mesmo com as atividades culturais que possuem caráter de lazer, culinária e religiosidade, as quais também estão pautadas numa profunda relação com o ambiente aquático (BRASIL, 2014a).

Inserido no polo Amazônia Atlântica[9], São Caetano de Odivelas

[8] Rio por meio do qual se dar o contato com o Oceano Atlântico, constituindo-se em um ecossistema rico em fauna e flora (ALMEIDA et al., 2012).

[9] O polo Amazônia Atlântica compreende um dos seis polos turísticos do Estado do Pará, juntamente com os demais polos Belém, Araguaia Tocantins, Marajó, Tapajós e Xingu, definidos conforme as características dos recursos de cada um. De acordo com a Secretaria de Turismo do Estado do Pará (Setur), a estruturação territorial turística em diferentes polos resulta de um zoneamento turístico do estado, criado em 1990, cujo objetivo norteador consiste em melhorar o planejamento do turismo a partir de sua

está entre os 23 municípios elencados e considerados prioritários para o fortalecimento da atividade turística no Estado do Pará, em virtude da beleza e singularidade natural e cultural que, assim como os demais municípios, detém (PARÁ, 2016c). Diante disso, além da sua peculiar cultura[10], que faz do município um dos grandes polos culturais do estado, São Caetano dispõe de outros atrativos, evidenciados pela sua riqueza natural. Compõe esse cenário a extensa floresta nativa de vegetação de mangue, seus rios e as diversas praias de areia branca que surgem durante a vazante do Rio Mojuim, como as praias do Rato, do Fuzil, do Marinheiro, praia da Bragança, praia da Onça e da Romana, a qual faz limites com o Município de Curuçá (PARÁ, 2012).

Aliado a isso, São Caetano de Odivelas também é bastante conhecido como um dos principais destinos para os aficionados pela prática da pesca esportiva (PARÁ, 2012). A proximidade com o Oceano Atlântico e a presença de rios, furos e ilhas no município favorecem a disponibilidade de espécies de peixes consideradas atrativas para essa prática na região (BRASIL, 2014a), como a pescada-amarela, corvina, xaréu, robalo, tarpon, entre outras. Tal favorecimento faz com que o município receba, durante as marés propícias à pesca, pescadores turistas da capital e interior do estado e de outras regiões brasileira (PARÁ, 2012).

Responsável por um fluxo anual contínuo de visitantes, a pesca esportiva tem se caracterizado como um dos principais atrativos turísticos de São Caetano de Odivelas. Conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), a prática da pesca esportiva foi intensificada no município, especialmente, através de ações da prefeitura, a qual criou e passou a estimular torneios regionais dessa modalidade.

setorização. O polo Amazônia Atlântica é composto por 49 municípios pertencentes às regiões do Rio Guamá, Rio Capim e Rio Caeté, sendo, entretanto, apenas os municípios de Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Paragominas, Salinópolis, Tracuateua, Vigia e São Caetano de Odivelas considerados prioritários às ações do governo no que diz respeito ao turismo. O referido polo dispõe de atrativos naturais e culturais como rios, lagos, furos, praias, conjunto arquitetônico e manifestações folclóricas, as quais propiciam o turismo de sol e praia, turismo de pesca e o turismo cultural (PARÁ, 2016b).

[10] São Caetano de Odivelas apresenta como uma de suas peculiaridades a sua rica cultura, representada pelas manifestações folclóricas. Nos festejos juninos, destacam-se os bois-de-máscara, tendo como principais representantes o boi Tinga e o boi Faceiro, além dos demais grupos de quadrilha, carimbó (PARÁ, 2012) e cordões de pássaros, os quais teatralizam com músicas as estórias do imaginário popular (PINHEIRO, 2014).

Buscando atrair turistas e consequentemente benefícios econômicos para o município, a prefeitura alegava que a pesca esportiva possibilitaria a geração de emprego e renda para a população com a chegada dos visitantes atraídos por tal prática. No entanto, no transcorrer do tempo e com a intensificação da atividade a população não se viu beneficiada e, além disso, a pesca esportiva tem sido realizada de forma predatória no município (BRASIL, 2014a).

A respeito do desenvolvimento da pesca esportiva de maneira desordenada, Barroco & Freitas (2014, p.94-95), em seu trabalho, corroboram que:

> Apesar da pesca amadora não ser uma atividade de cunho comercial, esta atividade também pode causar o declínio dos estoques pesqueiros. (...) tanto a pesca comercial quanto a amadora podem resultar na degradação de habitats essenciais para o ciclo de vida de espécies alvo destas atividades, o que gera a necessidade de elaboração de planos de uso para o desenvolvimento destas duas modalidades de pesca, incluindo estratégias para evitar danos ao ambiente e aos estoques pesqueiros.

Assim, pensar na modalidade de pesca esportiva como uma atividade de lazer, sem levar em consideração a realidade como a qual vem se desenvolvendo, de fato, em diferentes regiões do Brasil, é desconsiderar os prejuízos socioambientais que ela pode e tem ocasionado devido, principalmente, à ausência ou inexistência de uma gestão que olhe para além dos benefícios econômicos da atividade, bem como de políticas locais específicas, acompanhadas de uma fiscalização eficaz.

Quando se trata de um município que compreende uma Unidade de Conservação, no caso de São Caetano de Odivelas, que possui uma Reserva Extrativista[11] (Resex), tal atividade gerida de forma desordenada torna-se ainda mais preocupante à medida que a existência de populações

[11] As reservas extrativistas (Resex) figuram como uma categoria de área protegida contemplada no Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação do País. Essa categoria de unidade de conservação busca atender à discussão e demanda popular que vê as áreas protegidas como um espaço de conservação, marcado pela ação do homem como integrante da natureza. Para ampliar a discussão, ver Diegues (2001a).

tradicionais[12], as quais possuem um modo de vida baseado numa relação de proximidade com a natureza e de dependência dos recursos aquáticos, encontra-se ameaçada mediante práticas de um outro sistema, que foge ao ritmo da natureza.

Assim, sabendo-se que a pesca constitui uma importante atividade social e econômica para aqueles que dela dependem para a geração de renda e subsistência (CAÑAS, 2012), os pescadores artesanais de São Caetano de Odivelas ressentem-se com a presença dos pescadores esportivos no município, dada a forma desordenada e acelerada de exploração dos recursos pesqueiros que vem ocorrendo por essa prática na região.

Como já ressaltado anteriormente, integra o território de São Caetano de Odivelas a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, criada em 10 de outubro de 2014 com o objetivo de assegurar a conservação da biodiversidade dos ecossistemas existentes na área, bem como o uso sustentável dos recursos naturais e o modo de vida das populações tradicionais que ali vivem (BRASIL, 2014b). De acordo com Diegues (2008), a Resex-Mar resulta da ampliação do conceito de reservas extrativistas, estendendo-se para além das áreas florestais, alcançando, assim, o domínio costeiro e marinho.

A necessidade dos pescadores artesanais de proteger seus territórios cada vez mais ameaçados pelos processos de urbanização, especulação imobiliária, turismo e pela pesca industrial, segundo Cunha (s/d), pode tê-los levado a buscar na reserva extrativista um meio de proteção socioambiental. Desse modo, as Resex's marinhas se consolidaram como "uma forma de reconhecimento do direito dessas comunidades aos seus territórios

[12] Conforme Diegues, "as comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta de mariscos e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores tem dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse *know-how* tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não tem outra fonte de renda, o uso sustentável dos recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena.(...)" (DIEGUES, 1992 apud DIEGUES 2001a).

originais de reprodução social e econômica" (DUMITH, 2011, p.70). Portanto, decorrem da importância dada à conservação de tais ambientes para, consequentemente, a perpetuação do modo de vida tradicional das populações pesqueiras, as quais dependem dos recursos aquáticos.

De um modo geral, as Resex's visam ao desenvolvimento sustentável, que, para Cavalcanti (2004), se trata de promover o bem-estar social considerando e respeitando o funcionamento do sistema ecológico, ou seja, sem ocasionar estresses que o sistema ecológico não possa absorver. No entanto, a Resex Marinha de São Caetano de Odivelas ainda carece de um plano de manejo e sofre diante da falta de regras para o uso dos recursos naturais, sendo alvo, inclusive, do acesso e uso de seus recursos aquáticos por todo tipo de população que chega a seu território, inclusive pescadores esportivos.

Mediante este cenário de exploração desenfreada dos recursos aquáticos, ausência de política ou normas locais, inexistência de fiscalização voltada para a ocorrência da pesca esportiva, bem como insatisfação da população local perante a forma desregulada como essa atividade tem se desenvolvido, percebeu-se a necessidade de um ordenamento quanto à prática da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas.

Assim, este artigo partiu de uma inquietação quanto ao exercício dessa modalidade de pesca no referido município. Descrever e entender, portanto, a dinâmica de funcionamento dessa prática é de fundamental importância para a finalidade que esse estudo se propõe. Nesse sentido, apresenta a visão da população local a respeito da atividade de pesca esportiva que ocorre na região e descreve, a partir de duas diferentes percepções, como essa prática tem influenciado no meio ambiente e no modo de vida da população local.

Metodologia

A construção deste trabalho esteve alicerçada em uma pesquisa exploratória, por meio de levantamento bibliográfico e coleta de dados in loco, juntamente ao público-alvo, o qual será citado a seguir. Para o levantamento bibliográfico, amparou-se em trabalhos referentes à pesca esportiva, pesca artesanal, populações tradicionais, conflitos

socioambientais e desenvolvimento sustentável. Tais temáticas foram de grande e fundamental importância para a familiaridade ao assunto, compreensão e elaboração dos resultados.

No que diz respeito à coleta de dados em campo, utilizou-se o survey como método de pesquisa. O survey consiste em uma técnica utilizada quando se pretende responder a questionamentos sobre "o que está acontecendo" ou "como e por quê está acontecendo" (FREITAS et. al, 2000). Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e entrevistas abertas, de abordagem qualiquantitativa, pelas quais foi possível identificar a visão dos diferentes atores entrevistados a respeito da pesca esportiva praticada em São Caetano de Odivelas, bem como conhecer a atual realidade com a qual lidam os moradores e pescadores locais diante dessa prática de lazer na região.

A coleta de dados ocorreu em dois momentos diferentes e alcançou um total de 32 entrevistas, realizadas nos meses de abril e julho de 2015. A pesquisa teve como público-alvo atores sociais envolvidos direta e indiretamente com a atividade de pesca esportiva no município. Sendo eles: 18 pescadores artesanais, 12 comerciantes, o atual presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (Auremoca) e o ex-prefeito de São Caetano de Odivelas.

Os atores acima citados foram interrogados e instigados, durante as entrevistas, a discorrer sobre a forma como a pesca esportiva tem sido desenvolvida na região, sobre os beneficiados e prejudicados por tal atividade e a exporem suas opiniões a respeito dessa prática de lazer no município. Por fim, para o tratamento dos dados coletados, foi utilizado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), software que permitiu a análise estatística das informações e a construção dos gráficos, editados no programa Excel 2010, e uma análise interpretativa das informações qualitativas.

A pesca esportiva em são caetano de odivelas

A pesca esportiva tornou-se, ao longo dos anos, uma realidade em São Caetano de Odivelas, pois como já mencionado, o município apresenta grande potencialidade pesqueira, fator este que chamou atenção dos adeptos

dessa atividade, motivando-os à sua prática no município. No entanto, aliado a isso, outros fatores também influenciaram para que essa atividade obtivesse êxito. Tais fatores correspondem à ausência de fiscalização e uma ampla divulgação a respeito do referido polo pesqueiro, possibilitando assim um cenário de intensificação da pesca esportiva em São Caetano.

Nesse cenário, a figura de um ex-prefeito, que esteve como gestor do município no período de 2008 a 2012, é recorrente nos relatos dos entrevistados, o qual ora aparece como responsável pela inserção da pesca esportiva na região, ora como incentivador e fortalecedor dessa atividade durante sua gestão. A relação feita por 40,9% dos entrevistados[13] a respeito da atividade de pesca esportiva como iniciativa da prefeitura remete ao fato de associarem o seu início com o Torneio de Pesca Esportiva de São Caetano de Odivelas, o Topesco. Evento criado e organizado pela prefeitura na época da gestão do ex-prefeito acima citado.

Quando interrogado sobre quando e como essa atividade foi inserida na região e se teve participação no desenvolvimento dela, o prefeito esclareceu que a atividade já existia antes da sua gestão, porém confirma que, quando teve a oportunidade de atuar como prefeito do município, a pesca esportiva recebeu uma atenção especial, tendo em vista que foi considerada durante a sua gestão o "carro- -chefe" do turismo a ser desenvolvido no município. Em relato a seguir, discorre:

> (...) Então essa atividade da pesca esportiva ela já é bem antiga. Quando eu tive a oportunidade de estar como prefeito, sem dúvida alguma, nós demos um upgrade na pesca esportiva. Primeiro por eu ser um apaixonado pela atividade. Segundo porque eu vi na pesca esportiva, no turismo, um dos maiores segmentos econômicos para a viabilidade do município. Então nós trabalhamos muito o turismo e dentro do turismo a pesca esportiva era o carro-chefe. A criação do torneio foi na minha gestão, então eu acredito que isso tenha sido um upgrade. Lógico que quando nós criamos o torneio a quantidade de pescadores esportivos já era bem significativa. Eu digo que o TOPESCO deu um incentivo a mais, uma publicidade a mais na pesca esportiva de São Caetano
> (R.B., EX-PREFEITO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS, Entrevista 2015).

[13] Percentual extraído de um universo de trinta (30) pessoas entrevistadas (100%), representadas por comerciantes e pescadores artesanais.

Assim, levando-se em consideração o relato acima, é possível inferir que a pesca esportiva apresenta-se como uma prática antiga existente no município, mas que somente a partir de 2008 ganhou uma maior visibilidade e notoriedade devido às ações já citadas.

A pesca esportiva e sua influência no meio ambiente

Caracterizada como uma atividade de lazer que tem como princípio a prática do pesque e solte, os adeptos da pesca esportiva têm se preocupado cada vez mais com a conservação da natureza para a manutenção e perpetuação do seu esporte (LOPES, 2009). Essas características, porém, não são encontradas na pesca esportiva difundida em São Caetano de Odivelas. O pesque e leve e a captura de peixes em quantidade e tamanho inadequado têm sido as práticas mais comuns dos pescadores esportivos frequentadores do município.

Nesse sentido, constataram-se, em São Caetano de Odivelas, problemas socioambientais decorrentes da pesca esportiva. Esses problemas advêm do fato de que seus praticantes têm ido contra os princípios dessa prática. Com relação a isso, se faz necessário atentar para a sustentabilidade, não da atividade em si, mas para a forma como os seus adeptos vem gerindo-a, pois, apesar de ser uma atividade pautada em parâmetros do desenvolvimento sustentável[14], na prática tem se efetivado, muitas vezes, no seu sentido inverso. É nesse sentido que Cavalcanti (1994) ressalta que sustentabilidade significa comportamento em obediência às leis da natureza, ou seja, só é possível mediante atitudes e práticas que levem em consideração os limites e a manutenção do suporte natural.

[14] Fundamentadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, foram estabelecidas algumas diretrizes norteadoras da prática da pesca esportiva no País. Dentre elas, destaca-se aqui: promover o desenvolvimento sustentável da pesca amadora como fonte de emprego, renda e lazer, em harmonia com a preservação e conservação do meio ambiente; promover a pesca amadora como instrumento de conservação e recuperação dos recursos pesqueiros e ecossistemas aquáticos; promovê-la em harmonia com a cultura, o desenvolvimento socioeconômico e profissional dos que exercem a pesca comercial; promover a articulação entre a sociedade organizada do setor e os governos federal, estadual e municipal no planejamento e execução de programas de gestão pesqueira (BRASIL, 2010a).

Dito isso, o primeiro problema que se desenha em São Caetano de Odivelas está relacionado à grande quantidade e ao tamanho indevido de peixes capturados pelos pescadores esportivos. De acordo com os relatos dos entrevistados a maioria preza pela quantidade, e não pela qualidade do peixe. Além disso, capturam peixes ovados, ou seja, em período de reprodução, e ainda juvenis, podendo, dessa forma, prejudicar a reprodução e manutenção dos estoques pesqueiros, uma vez que a área explorada, caracterizada como estuário[15], é área de reprodução, berçário e alimentação dos peixes (BARROS et al., 2011).

Situação semelhante ocorre com a pesca esportiva praticada no Lago da UHE de Tucuruí, onde essa modalidade de pesca se dá em função da abundância de tucunaré existente no lago e da paisagem caracterizada pela formação de ilhas após a construção da hidrelétrica (SOUZA e CAÑETE, 2015). Em estudo realizado na região, Souza e Cañete (2015) constataram, a partir de relatos dos moradores, que muitos chegam na condição de pescadores esportivos, porém capturam e levam consigo um volume superior ao permitido. Assim como em São Caetano de Odivelas, em Tucuruí não há um plano de uso e monitoramento para a prática da pesca esportiva, fato que incide na desconsideração dos preceitos da sustentabilidade.

Conforme as autoras:

> A capacidade de suporte dos ambientes aquáticos aponta para o esgotamento dos recursos pesqueiros frente ao acelerado processo de degradação causado por um modelo que não considera o tempo da natureza e da reprodução dos organismos aquáticos nos processos de resiliência (SOUZA e CAÑETE, 2015, p.619).

As populações tradicionais[16] – categoria em que se enquadra a pesca

[15] A área estuarina amazônica é caracterizada por um ambiente complexo de alta produtividade biológica, compondo locais de refúgio, reprodução e crescimento de inúmeras espécies de animais aquáticos (OLIVEIRA et al., 2007; HOLANDA, 2012).

[16] A discussão sobre o conceito de população tradicional vem ocupando parte do debate dentro das ciências sociais. Não é objetivo deste artigo pautar tal temática, e sim apenas esclarecer que, para este texto, se entende por população tradicional aquele tipo de população marcada por um saber específico sobre os recursos naturais de que se utiliza, conhecimento esse transmitido entre gerações e marcadamente pela forma oral,

artesanal – frequentemente desenvolvem sistemas de manejo dos recursos naturais que garantem a manutenção e uso sustentável dos ecossistemas. Tais uso e apropriação da natureza dão-se mediante o respeito aos ciclos naturais e à exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas (DIEGUES, 2001a).

Outros problemas oriundos da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas dizem respeito à poluição do rio e à utilização, por parte desses pescadores, da tarrafa[17] para a captura de iscas. O excesso na captura tem provocado a morte e o desperdício do recurso, uma vez que capturam uma quantidade de isca acima do necessário e em seguida despejam os peixes mortos na água. Com essas atitudes, além de estarem provocando prejuízo socioambiental, tais pescadores têm negligenciado as diretrizes que regulamentam a pesca esportiva no Brasil, pois de acordo com a instrução normativa Nº 9, de 13 de junho de 2012, estabelecida pelo antigo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a tarrafa não se enquadra entre os petrechos de pesca[18] permitidos pela referida lei (BRASIL, 2012).

Acrescentam-se a isso as implicações de natureza socioeconômica decorrentes da imprudência e desrespeito dos pescadores esportivos com relação aos artesanais. A alta velocidade com que as voadeiras dos turistas percorrem o rio, além de provocar a destruição das embarcações locais que ficam ancoradas na "beira"[19], tem ocasionado a destruição de apetrechos de pesca e currais[20], assim como acidentes no rio. Dessa maneira, a imprudência e irresponsabilidade dos pescadores esportivos colocam em risco a vida e comprometem os meios de trabalho dos pescadores artesanais.

---

apesentando uma economia de subsistência e de fraca relação com o mercado. Para situar o debate sobre populações tradicionais, ver Cañete (2012).

17 Segundo o ICMBio (s/d), a tarrafa é um apetrecho de pesca bastante utilizado em baías, portos, rios e canais na captura de peixes e camarões. Sua fabricação é geralmente realizada manualmente, pois depende do número de malhas nas diversas carreiras que dão a forma circular da arte de pesca. É bastante utilizada na costa brasileira na captura de camarões, parati, tainha, pampo e papa-terra.

18 Os petrechos de pesca permitidos ao pescador amador são: linha de mão; caniço simples, caniço com molinete, espingarda de mergulho ou arbalete com qualquer tipo de propulsão e de seta; bomba de sucção manual para a captura de iscas ou puçá-de-siri (BRASIL, 2012).

19 Expressão local para nomear as margens do rio.

20 Arte de pesca local. Trata-se de uma armadilha construída no interior do rio que, sofrendo os movimentos das marés, causa o aprisionamento dos peixes no seu interior.

Pesca esportiva x pesca artesanal

Os problemas socioambientais ocasionados pela prática da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas têm gerado uma relação de conflito com os pescadores artesanais. Alguns problemas já citados podem estar contribuindo para a diminuição do pescado e têm resultado na incidência desse conflito, na medida em que os pescadores artesanais, insatisfeitos em virtude do cenário predatório, percebem a pesca amadora como ameaça à reprodução das espécies e ao modo de vida daqueles que buscam na atividade pesqueira suprir suas necessidades básicas.

Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2000), os conflitos manifestam-se de muitas maneiras, que vão desde quebrar as regras até atitudes de sabotagem e violência. Apesar de às vezes os conflitos se manifestarem de forma tímida, escondida ou implícita (TERAMOTO, 2014), a falta de embates públicos, verbal ou físico, não significa inexistência de conflito. Logo, a forma e intensidade dos conflitos variam de acordo com o lugar e no decorrer do tempo dentro de qualquer comunidade (FAO, 2000).

Cabe lembrar que os conflitos, de modo geral, são desencadeados de relações entre duas ou mais pessoas que apresentam divergências na maneira de pensar, de se posicionar, se apropriar e agir em determinado lugar, no qual já existe uma dinâmica espacial, territorial, ou social e ambiental estabelecida. Nesse sentido, configuram-se, basicamente, em conflitos sociais, ambientais e territoriais. Em São Caetano de Odivelas, o cenário de conflito que se instala é caracterizado não somente como socioambiental, mas alcança uma dimensão territorial e, dessa forma, merece algumas considerações.

Para Litlle (2004), o conflito socioambiental envolve embates que decorrem da disputa em torno do recurso; dos impactos socioambientais causados pela ação humana e da divergência entre valores e ideologias envolvendo o modo de vida e o uso da natureza. No caso de São Caetano de Odivelas, o conflito entre a pesca artesanal e esportiva, enquadrado nessa perspectiva socioambiental, caracteriza-se especificamente pelo prejuízo de caráter material e econômico ocasionado por tal modalidade aos ribeirinhos e pela disputa com relação ao espaço e ao recurso, a qual

tem sido evidenciada pela insatisfação a respeito da quantidade e tamanho de peixes capturados e da disparidade tecnológica entre os instrumentos utilizados por pescadores artesanais e esportivos (SOUZA et al., 2015).

O conflito com a pesca esportiva também é uma realidade presente em Tucuruí, onde o tucunaré (*Cichla* spp.), espécie de alto valor econômico, é alvo de disputa entre pescadores artesanais e esportivos no reservatório. O forte interesse dos pescadores esportivos pelo tucunaré, principal produto da pesca esportiva, tem levado, consequentemente, a uma redução no tamanho e na quantidade dessa espécie no lago (SOUZA e CAÑETE, 2015).

De acordo com Teramoto (2014), o conflito pela apropriação do recurso se instala quando diferentes formas de pesca exploram o mesmo espaço e interferem diretamente na reprodução do pescador artesanal, que possui pouca mobilidade no mar. Nesse sentido, é importante entender que "o uso de tecnologias simples, constituída de embarcações a vela e outros apetrechos de pesca, em geral confeccionados pelo próprio pescador, e o método de detecção dos cardumes, atribuem o caráter artesanal da atividade pesqueira no Pará" (FURTADO, 1981, p. 3).

Tal conflito alcança, portanto, uma dimensão também territorial, uma vez que os conflitos territoriais decorrem das diferentes formas de apropriação e uso dos grupos sociais sobre um mesmo recorte espacial, ou seja, de modos distintos de vida e de produção territorial. Surge quando sistemas de apropriação do espaço pautados na predação, e consequentemente em prejuízos sociais e ambientais, invadem e entram em choque com territórios construídos por grupos cujas formas de uso do espaço e reprodução social dependem em alto grau dos ritmos naturais de regeneração do meio utilizado (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Os depoimentos[21] e a Figura 1, abaixo, reforçam sobre a desigualdade existente entre pescadores artesanais e esportivos no município alvo da pesquisa. Essa desigualdade é evidenciada em relação à facilidade dos pescadores esportivos na apropriação do recurso pesqueiro, na medida em que detêm equipamentos de alto padrão tecnológico.

[21] No texto usam-se apenas as iniciais para o nome dos entrevistados para manter o sigilo sobre suas identidades.

> Existe uma desigualdade muito grande em relação ao nosso ribeirinho que vive da pesca pra eles que são empresários, com potencialidades, com equipamentos de *últ*ima geração, tipo um sonar. Eles captam onde realmente tem o peixe e vão lá e pegam, sabem a localização do cardume do peixe. J*á o ribeirinho não tem nada disso. Então ele pesca mesmo na sorte e por algumas experiências de vida, como*, por exemplo, o conhecimento da maré. Aí rolam uns comentários do tipo "o cara vem aí e pega todo o nosso peixe e leva e a gente aqui não consegue pegar (...).
> (F.J., COMERCIANTE, Entrevista 2015)

Figura 1 – Embarcações de pescadores esportivos e artesanais, no Rio Mojuim, em São Caetano de Odivelas.



Fonte: Produção própria, SOUZA, 2015.

De acordo com Souza e Cañete (2015), a pesca esportiva assemelha-se, em determinados aspectos, à pesca industrial. Dotada de equipamentos de captura de alta produção, a pesca industrial possui capacidade de maior mobilidade por meio de barcos de grande porte e, além disso, é desprovida de comprometimento com a sustentabilidade dos estoques pesqueiros, contribuindo, assim, para o esgotamento do recurso. Diante do esgotamento do recurso, os turistas pescadores, assim como os pescadores industriais, pessoas alheias à realidade local, buscam outros lugares para explorar.

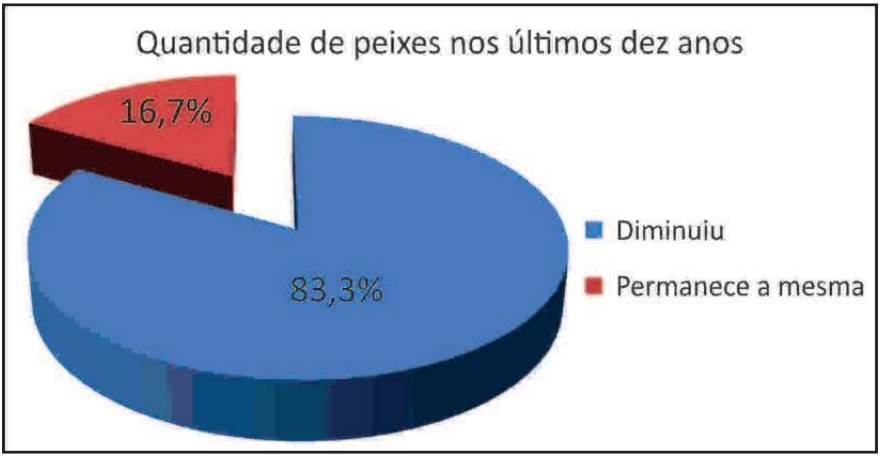
O relato a seguir mais uma vez demonstra a insatisfação de pescadores artesanais diante da disparidade de mecanismos existentes entre pescadores artesanais e esportivos para o acesso e a captura do recurso pesqueiro em São Caetano de Odivelas:

> (...) Pra gente encontrar um pesqueiro que tenha peixe tem que analisar bastante, observar o local, onde que tá dando peixe. E eles não. E pra gente chegar lá fica difícil. Com uma rabeta dessa é mais ou menos meia hora e pra eles chegarem lá no pesqueiro é cinco minutos. Eles têm uma maior facilidade de buscar pesqueiros longe do que nós
> (D., PESCADOR ARTESANAL, Entrevista 2015).

Sobre pesqueiros, Begossi (2013) define que são pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regras de uso ou conflito, tratando-se, nestes dois últimos casos, de um território. Além disso, a autora acrescenta que, quanto mais escasso o recurso ou quanto maior for o número de pescadores numa área, maior será a probabilidade de se encontrar territórios pesqueiros. Probabilidade essa existente em São Caetano de Odivelas, na medida em que, segundo a percepção dos pescadores locais, o pescado tem diminuído nos últimos dez anos. Enquanto que se evidencia o surgimento de novos atores em torno da pesca, levando dessa forma a uma crescente disputa ou demanda pelo recurso em uma mesma área.

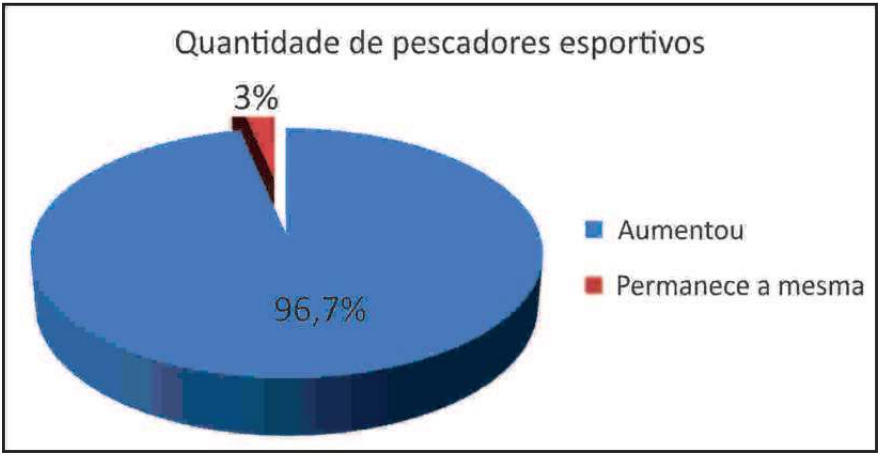
O Gráfico 1 apresenta a percepção dos pescadores artesanais sobre o cenário da pesca em São Caetano de Odivelas, enquanto o Gráfico 2 demonstra o crescimento do número de pescadores esportivos no município, considerando o universo de comerciantes e pescadores artesanais entrevistados.

Gráfico 1 – Percentagem acerca da percepção dos pescadores artesanais sobre a quantidade de peixes nos últimos dez anos.



Fonte: Entrevistas 2015, elaboração própria.

Gráfico 2 – Percentagem da quantidade de pescadores esportivos em São Caetano de Odivelas, considerando a percepção de comerciantes e pescadores locais.



Fonte: Entrevistas 2015, elaboração própria.

Alguns trabalhos referentes à pesca comercial no nordeste paraense apontam para uma queda da produção pesqueira como consequência da sobrepesca na região (PARÁ, 2008; MOURÃO et al., 2009; SOUZA JUNIOR

et al., 2010; SOUZA JUNIOR et al., 2012; PALHETA, 2013). Embora seja escassa a produção de trabalhos desse caráter sobre São Caetano de Odivelas, que comprove estatisticamente o aumento no esforço de captura, bem como a disponibilidade do recurso nos últimos anos, a percepção dos pescadores artesanais entrevistados adquire fundamental importância para este estudo, uma vez que se utilizam do exercício da memória para realizar comparações com o cenário da pesca nos dias atuais.

> Antes eu me lembro que vinha com meu pai lá de baixo, chama boca Itaipu. Da entrada, próximo ao farol. (...) Antes a gente levantava a nossa vela de lá, porque antes era vela, e o peixe pulava dentro da canoa. Pratiqueira. Agora? A uma certa distância da canoa a pratiqueira já vai procurando se esconder. (...) Diminuiu muito porque têm muitos pescadores, muito barulho
> (D., PESCADOR ARTESANAL, Entrevista 2015).

A pesca esportiva, nesse sentido, pode estar contribuindo para esse cenário de escassez, tendo em vista o crescimento do número de pescadores esportivos, e a desordem dessa prática no município, acarretando consequentemente maior esforço e pressão sob o ecossistema aquático.

Além de todas essas implicações que permeiam o conflito entre ambas as práticas, a negligência na contratação de guias de pesca tem se mostrado outro fator de insatisfação para os pescadores artesanais do município. Teramoto (2014) considera que uma das características importantes da pesca amadora consiste na geração de emprego, e, nesse sentido, os condutores de pesca tornam-se peça- chave do setor. No entanto, de acordo com os entrevistados, são poucos os pescadores esportivos frequentadores de São Caetano que têm um guia fixo e, exceto esses, a contratação só ocorre uma ou duas vezes quando os pescadores ainda não conhecem a região e os pontos de pesca. A respeito disso, o entrevistado relata:

> (...) "eles já vêm com a própria mercadoria deles de fora, já descem na lancha, já não pegam mais os nossos guias daqui da cidade. Eles só usam uma ou duas vezes as pessoas, aí aprendem e não contratam mais os guias. As pessoas só são usadas"
> (S., COMERCIANTE, Entrevista 2015).

Diante do relato acima, vale uma reflexão acerca do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, que segundo Diegues (2001b), não é pré-lógico ou pré-científico, mas é construído a partir de uma observação contínua dos fenômenos naturais. Esse conhecimento leva o pescador a construir seus próprios mapas mentais, os quais lhes orientam sobre onde e como pescar, ou seja, um processo de habilidade cognitiva capaz de levar os pescadores a identificar zonas produtivas de pesca. Nessa perspectiva, Souza e Cañete corroboram que:

> (...) a pesca esportiva se utiliza de todo esse conhecimento para ser realizada, haja vista que o turista não conhece os pontos de pesca, nem o saber que envolve a captura. Esse pescador obtém o conhecimento da técnica no uso do equipamento apropriado como isca artificial, anzol e carretilha ou molinete,

Percebe-se então, diante disso, a apropriação do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais pelos pescadores esportivos, na medida em que esses últimos aproveitam-se da habilidade cognitiva dos primeiros para descobrir e ter acesso aos pesqueiros de São Caetano de Odivelas.

Nesse contexto, 72,2% dos pescadores artesanais entrevistados percebem a pesca esportiva como uma atividade prejudicial ao recurso pesqueiro e aos pescadores, como mostra o Gráfico 3. Logo, a mesma tem ocorrido de forma desordenada, por meio da exploração predatória do recurso e da destruição dos seus meios de trabalho. Esse discurso, reafirmado na fala dos comerciantes, demonstra que a atividade de pesca esportiva tem ocorrido de forma desorganizada e que, portanto, carece de uma espécie de controle por meio de fiscalização quanto ao tamanho e limite de peixes capturados; e da cobrança de taxa aos praticantes dessa modalidade.

Gráfico 3 – Visão dos pescadores artesanais a respeito da pesca esportiva.



Fonte: Entrevistas 2015, elaboração própria.

Por fim, além das implicações socioambientais prejudiciais aferidas, a pesca esportiva foi considerada de pouca importância econômica para o município. O Gráfico 4 apresenta dados em percentual relativos ao retorno econômico gerado por essa atividade em São Caetano de Odivelas. Para o levantamento desse dado, foi considerada a opinião do universo de pescadores artesanais e comerciantes entrevistados.

Gráfico 4 – Retorno econômico gerado pela pesca esportiva.



Fonte: Entrevistas 2015, elaboração própria.

Todavia, não se pode desconsiderar o retorno econômico gerado por essa atividade em outras localidades do País. Conforme colocado por Teramoto (2014), no município de Bertioga, SP, a pesca esportiva tem se apresentado como importante fonte de renda aos munícipios, através da geração de emprego e renda nas embarcações, marinas, pousadas, restaurantes e movimentação no comércio local. Do mesmo modo, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã, localizada no Amazonas, essa atividade demonstrou expressividade econômica, gerando arrecadação de mais de R$10.000,00 ao ano para uma das comunidades integrantes da reserva (KOURY et.al., 2011).

Os dados apresentados com relação à inexpressividade econômica da atividade de pesca esportiva em São Caetano de Odivelas ainda carecem de uma investigação com maior profundidade, estendida a outros atores sociais envolvidos na cadeia da pesca esportiva e do turismo do município, como donos de empreendimentos hoteleiros, donos e funcionários de marinas, guias de pesca, entre outros envolvidos na cadeia informal da pesca esportiva. Somente a partir disso poderão ser construídas análises detalhadas e precisas a respeito desse resultado. No entanto, os totais apresentados a princípio não devem ser desconsiderados.

Considerações finais

A partir dos resultados apresentados pôde-se constatar e evidenciar a maneira como a pesca esportiva é percebida pelos moradores locais, especialmente pelos pescadores artesanais de São Caetano de Odivelas. Essa percepção esteve baseada na forma como essa prática tem ocorrido – e suas implicações socioambientais – no município, onde a atividade pesqueira representa a base de subsistência e de reprodução social para uma parcela considerável da população. Nesse sentido, a percepção de dois diferentes atores sociais, pescador artesanal e comerciante, foi de fundamental importância para se atingir os objetivos propostos e compreender o "porquê" da insatisfação e preocupação acerca dessa modalidade de pesca.

Os problemas socioambientais identificados afetam diretamente os pescadores artesanais. Dentre eles, a exploração desordenada do recurso e a destruição dos meios de trabalho dos pescadores estiveram entre os

mais citados. No entanto, a disparidade tecnológica das embarcações e equipamentos utilizados para se chegar aos pesqueiros e capturar o recurso também foi uma reclamação presente nos discursos dos pescadores, os quais demonstraram insatisfação a respeito de tal situação. Ademais, a ausência de fiscalização, limites de captura e cobrança de taxas pelo pescado capturado são medidas ainda inexistentes e, portanto, consideradas necessárias pelos entrevistados como estratégia de limite e ordenamento ao acesso dos pescadores esportivos ao recurso pesqueiro.

Dada à forma desordenada dessa atividade em São Caetano de Odivelas, constatou-se que, apesar de o município ser conhecido como um dos principais polos pesqueiros da região para a prática da pesca esportiva, na realidade, o que acontece é uma pesca predatória, sem limites e desprovida de princípios por aqueles que a praticam, haja vista o não cumprimento do pesque e solte. Assim, diferentemente dos princípios difundidos pela legislação vigente e por diferentes autores que dissertam sobre a pesca esportiva, em São Caetano de Odivelas essa prática tem tomado outro rumo. Logo tem se apresentado de maneira desorganizada e insustentável, à medida que se mostra predatória e perturbadora aos pescadores artesanais, sendo percebida, nesse caso, não mais como uma atividade que tem por finalidade o esporte ou lazer.

Contudo essa situação de desordem nas diferentes esferas ambiental e social a respeito da referida atividade pode ser modificada mediante a elaboração e implementação do plano de utilização da unidade de conservação criada no município. Através de debates e discussões sobre o assunto, no plano podem ser estabelecidas regras de uso da área e, consequentemente, dos recursos naturais não somente para os praticantes, mas também para todos os demais atores envolvidos no planejamento e operação da pesca esportiva na região.

Referências

ALMEIDA, N. J.; MORAES, S.; FERNANDES, D. **Conservação do ecossistema manguezal, a partir dos modos de uso pela comunidade extrativista da Vila Sorriso, São Caetano de Odivelas/Pa.** In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, Belém, 2012. Belém: ANPPAS, 2012. p. 1-13.

BARTHEM, R.B. Desenvolvimento da Pesca Comercial na Bacia Amazônica e Consequências para os Estoques Pesqueiros e a Pesca de Subsistência. In: ARAGON, L. E. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos**. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1992. p.489- 522 (Série Cooperação Amazônica, Vol. 13).

BARTHEM, R. B.; PETRERE, M. J.; ISAAC, V.; Ribeiro, M. C. L. D. B.; MCGRATH, D. G.; VIEIRA, I. J. A.; BARCO, M. V. A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. In: VALLADARES-PÁDUA, C.; BODMER, R.E. (Org.). **Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil.** Rio de Janeiro: MCT-CNPq/Sociedade Civil Mamirauá, 1997. p.173-185.

BARROS, D. F.; TORRES, M. F.; FRÉDOU, M. L. Ictiofauna do estuário de São Caetano de Odivelas e Vigia (Pará estuário amazônico). **Revista Biota Neotrópica**, Campinas, v.11, n. 2, p. 367-373, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199120062036>. Acesso em: 09 mai. 2016.

BARROCO, L. S.; FREITAS, C. E. de. A pesca esportiva na Amazônia: implicações para a sustentabilidade dos estoques pesqueiros e da atividade. **Scientia Amazônia**, Amazonas, v.3, n.2, p. 93- 99, mai/ago. 2014. Disponível em: < http://scientia-amazonia.org/index.php/volume-publicado/2014-2/numero-2/>. Acesso em: 08 mai. 2016.

BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** 2.ed. São Paulo: Rima, 2013. p. 195-219.

BORDALO, C. A . L; ABREU, W. L. Território e gestão da pesca em comunidades tradicionais no Nordeste Paraense: Estudo de caso no município de Marapanim - PA. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre - RS. **Anais...** Porto Alegre, RS, 2010. p.1- 11. Disponível em: <file:///C:/Users/Flavia/Downloads/download(338)%20(2).PDF>. Acesso em: 08 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de pesca:** Orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008a. 56 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/

downloads_publicacoes/Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2016.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Define as regras para a prática da pesca amadora no Brasil**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2009. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/phocadownload/legislacao/portaria_04_2009.pdf>.

Acesso em: 01 maio 2016.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. I Encontro Nacional da Pesca Amadora "**Construindo a política da pesca amadora".** Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010a. 28 p. Disponível em: http://www.pescariabrasil.com.br/documentos/texto_base_1_encontro_pesca_amadora.pdf. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de pesca:** Orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. 58 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2016.

_____. Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA. **Estabelece Normas Gerais para o Exercício da Pesca Amadora em Todo o Território Nacional**. Ministério da Pesca e Aquicultura/ Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: < http://www.sedam.ro.gov.br/arquivos/arquivos/04-08-13-18-35-07INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20INTERMINISTERIAL%20No%20009%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20PESCA.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará.** Pará: ICMBIO, 2014a. 102 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Tarrafa. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/artes_de_pesca/artesanal/arte_caida/tarrafa.pdf>. Acesso em: 13/07/2017.

_____. Decreto S/N, de 10 de outubro de 2014. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. Diário Oficial da União, Pará, Nº 197, p. 2, 2014b.

_____. Cidade Brasil. **Microrregião do Salgado.** 2017. Disponível em: Acesso em: <http://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-salgado.html>. Acesso em: 07 jul. 2017.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: Paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Clacso, 1994. p. 92-105.

_____. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. Revista **Ambiente & Sociedade**, v. VII, n.1, p. 149-156, jan/jun. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23541.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2016.

CAÑAS, R. P. A. **Conflitos Silenciosos:** A Pesca Amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2012.

CAÑETE, T. M. R. **Direito e populações tradicionais no Brasil:** da revisão à crítica de aplicabilidades e definições acadêmicas/jurídicas/legais. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Direito, Belém, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Flavia/Downloads/Dissertacao_DireitoPopulacoesPovos.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CUNHA, H. O. Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade (s/d). Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001a. 162 p.

_____. **Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho.** São Paulo: NUPAUB, 2001b. 18 p. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conhectradicapro.pdf>.Acesso em: 01 agosto 2015.

_____. **Marine Protected Areas and Artisanal Fisheries in Brazil.** India: ICSF, 2008. 68 p.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

DIARIO ONLINE (DOL). **São Caetano de Odivelas**: Um polo pesqueiro. 2011. Disponível em:<http://www.diarioonline.com.br/noticia-155213-sao-caetano-de-odivelas-um-polo-pesqueiro.html>. Acesso em: 01 mai. 2016.

DUMITH, R. C. Território, territorialidade e identidade dos pescadores artesanais: Subsídios conceituais ao planejamento e gestão de Reservas Extrativistas Marinhas. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v.13, n.25, p.59-76, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/405>. Acesso em: 19 nov. 2016.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS). **Conflict and Natural Resource Management**. FAO: Rome, 2000. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/21572-0d9d4b43a56ac49880557f4ebaa3534e3.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACOOL, A. Z. e MOSCAROLA, J. O método da pesquisa Survey. **Revista de Administração**. v. 35, n.3, p. 105-112, 2000.

FRÉDOU, T.; FIGUEIREDO FILHO, L. D.; TORRES, D. G.; FERREIRA, P. R. C.; SOUZA, E. G. LOPES, K. S. Diagnóstico, tendência, potencial e políticas para o desenvolvimento da pesca amadora. In: Diagnóstico da Pesca e da Aquicultura do estado do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305379487_Diagnostico_tendencia_potencial_e_politicas_publicas_para_o_desenvolvimento_da_pesca_esportiva>. Acesso em: 09 jun. 2017.

FURTADO, L. G**.** Pesca Artesanal: Um Delineamento de Sua História no

Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. [s.i], n.79, p.1-51, 1981.

HOLANDA, F. C. A. F. **Desenvolvimento Tecnológico, por Métodos de Arrasto de Fundo, na Captura de Recursos Demersais de Profundidade da Zona Econômica Exclusiva (Zee) Norte Do Brasil**. 2012. 135 f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Político-Administrativa**. 2017. Disponível em: <http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao>. Acesso em: 07 jul. 2017.

LITLLE, P. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: II Encontro Nacional da ANPPAS, 9., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2004. p. 01- 09. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2016.

LOPES, K. S. **Plano de uso para a pesca esportiva da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã.** Amazonas, 2009, 42 p. Disponível em: http://www.uatuma.org.br/wp-content/uploads/2012/08/publicacao4.pdf. Acesso em: 8 jun. 2016.

KOURY, C. G.; GUIMARÃES, E. R.; STUPIÑAN, G.; LOPES, K. S. Participação e Envolvimento Comunitário na Pesca Esportiva na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. In: XVII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca Engenharia de Pesca: Construindo o Desenvolvimento Sustentável do Setor Pesqueiro Nacional, 2011, Belém. Disponível em: < http://www.idesam.org.br/wp-content/uploads/2012/04/PescaEsportiva-ComunidadesRDSUatuma.pdf >. Acesso em: 03 jun. 2015.

MOURÃO, K. R. M.; FRÉDOU, F. L.; ESPÍRITO-SANTO, R. V.; ALMEIDA, M. C.; SILVA, B. B.; FRÉDOU, T.; ISAAC, V. Sistema de produção pesqueira pescada amarela – cynoscion acoupa Lacépede (1802): Um estudo de caso no litoral nordeste do Pará - Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca,** São Paulo, v.3, n.35, p.497- 511, 2009. Disponível em: <http://www.pesca.sp.gov.br/35_3_497-511.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

OLIVEIRA, D. M.; FREDÓU, T.; LUCENA, F. A pesca no Estuário Amazônico: uma análise uni e multivariada. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, Belém, v. 2, n. 2, p. 11-21, mai-ago. 2007. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/bmpegcn/v2n2/v2n2a02.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura. Diagnóstico, tendência, potencial e política pública para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal. In: **Diagnóstico da Pesca e da Aquicultura do Estado do Pará**, Belém, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Flavia/Downloads/artesanal_final%20(1).pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

_____. Companhia Paraense de Turismo - PARATUR. **Inventário da Oferta Turística de São Caetano de Odivelas.** 2012. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_sao_caetano_de_odivelas.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2016.

_____. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura. **Sobre a pesca esportiva**. 2016a. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/?q=node/22>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA. **Boletim do Turismo do estado do Pará**. 2016b. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/boletimeconomico.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA. **Lançamento do Boletim do Turismo do estado do Pará**. 2016c. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/apresentacao_boletim_de_turismo_versao_final30_03_2016_0.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PINHEIRO, E. S. **Sustentabilidade, Manguezais e Reserva Extrativista:** Instituições e atores sociais nos municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

SANTOS, R. C. P. dos; LISBOA, R. C. L. Musgos (Bryophyta) da microrregião do Salgado Paraense e sua utilização como possíveis indicadores de ambientes perturbados. **Rodriguésia**. Belém, v. 59, n.2, p. 361- 368, 2008. Disponível em: <http://rodriguesia.jbrj.gov.br/FASCICULOS/rodrig59_2/008.pdf>. Acesso em: 07/02/2015

SANTOS, S. P. **Resex-mar de São Caetano de Odivelas/ Pa:** uma etnografia dos conflitos socioambientais. 2016. 134f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2016.

SANTANA, W. Pesca Esportiva. Governo Anuncia o fim do Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca Amadora**, [S.I: Wellerson Santana]. Disponível em: <http://www.pescamadora.com.br/2015/10/governo-anuncia-o-fim-do-ministerio-da-pesca-e-aquicultura/>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SOUZA JUNIOR, O. G.; BOTELHO, M. A. S.; MAIA, A. E. F.; SILVA, J. L. G. A preservação da biodiversidade marinha e estuarina no nordeste do Pará como estratégia de enfrentamento à sobrepesca. In: X Encontro Latino Americano de Pós-graduação, São José dos Campos, 2010. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0255_0072_01.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

SOUZA JUNIOR, O. G.; SILVA, J. L. G.; BOTELHO, M. A. S.; SOUZA, F. R. M.; SOUZA, P. R. M. A cadeia produtiva do pescado na microrregião do salgado - pa e sua participação do índice de desenvolvimento humano local. In: IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: Gestão, Inovação e Tecnologia para a Sustentabilidade, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/3761671.pdf>. Acesso em: 09. Jun. 2017.

SOUZA, F. D. L.; LOBO, Q. R. P.; CAÑETE, V. R. Pesca e Conflito: pescadores artesanais e a pesca esportiva, no município de São Caetano de Odivelas - PA. **Cadernos de Agroecologia**, Pernambuco, v.10, n. 3, p. [s.i], 2015. Disponível em: < http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/19853/10968>. Acesso em: 01 jun. 2016.

SOUZA, C. L. de; CAÑETE, V. R. A pesca esportiva e a pesca artesanal: lazer e sobrevivência na Hidrelétrica de Tucuruí (PA). **Revista Brasileira**

de Ecoturismo, São Paulo, v.8, n.5, p.614- 633, 2015. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/851/888#>. Acesso em: 12 mai. 2016.

TERAMOTO, C. S. **Conflitos entre pescadores artesanais e amadores de Bertioga/SP e adjacências**. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, São Paulo, 2014.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Conflitos ambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.